

ATA 02/2026

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na Sala da Procuradoria Geral do Município, localizada no Centro Administrativo Municipal, reuniram-se os componentes do Conselho Fiscal do Fundo de Previdência do Servidor (Previagudo), devidamente nomeados pelo Decreto 153/2024, bem como de membros do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos, conforme consta no livro de presenças do Previagudo. Inicialmente, o Presidente Marcelo agradeceu a presença de todos. Na sequência, o Presidente comunicou o saldo bancário do Previagudo no final do mês de janeiro/2026, no valor de R\$ 60.859.262,90, distribuído em aplicações junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bannisul, XP Investimentos e Daycoval. No referido mês, as aplicações do Previagudo tiveram **rendimento positivo na quantia de (+) R\$ 691.189,36**. A receita previdenciária, proveniente das contribuições (patronal e do servidor), da competência janeiro/2026, foi de R\$ 1.252.843,17. A folha bruta dos inativos e pensionistas, no mês de janeiro/2026, foi de R\$ 1.665.687,04. Com relação à certificação, pelo Conselho de Administração, estão certificados os seguintes membros: Marcelo Kegler, Joel Catelan e Clóvis Fick. **Faltam:** Gerson Kiefer e Dilmar Schmengler; pelo Conselho Fiscal, estão certificados os seguintes membros: Diego Scarparo, Janice Mundt e Ângela Lima; pelo Comitê de Investimentos, estão certificados: Liane Martinazzo, Miriana Pozzer e Magdiel Dickow. O Presidente, mais uma vez, instigou os demais membros a, também, obterem sua certificação, considerando a exigência da legislação vigente. Em abril, haverá curso preparatório promovido pela AGIP na cidade de Porto Alegre. Foi sugerida a participação neste curso dos conselheiros que ainda não têm a certificação. Como já exaustivamente comentado em reunião, é necessário que todos obtenham a certificação, como forma de manter a regularidade do RPPS de Agudo. Em 13 de fevereiro de 2026, recebemos e-mail da consultoria em investimentos (SMI Prime) informando o recebimento de cupons oriundos das aplicações em Títulos Públicos e Fundos Vértice. Sugerem aplicação dos valores em Fundos CDI – 100% Títulos Públicos. A recomendação está com o Comitê de Investimentos, que deverá se posicionar quanto à aplicação. No que se refere à Reforma da Previdência no Município de Agudo, a votação dos projetos ocorreu no dia 2 de fevereiro de 2026 (primeira sessão ordinária), ocasião na qual todos os projetos foram aprovados. Assim, daqui para frente, os atos de inativação devem observar a nova regra vigente, inclusive no que se refere ao benefício à pensão por morte. Devemos encaminhar as novas leis para o Ministério da Previdência, através do GESCON, bem como atentar para o envio das mesmas via BLM. Em seguida, os membros presentes debateram amplamente sobre a necessidade do Previagudo obter e aderir ao Pró-Gestão. Muito embora a adesão não seja legalmente obrigatória, por vias indiretas, acaba sendo necessário, considerando que os fundos de previdência ficam limitados no que se refere a opções de investimentos. Quem não possui Pró-Gestão, poderá investir apenas em fundos 100% Títulos Públicos e empréstimo consignado, sendo vedada aplicação em outros segmentos. Assim, após amplo debate, ficou acordado e decidido que o Previagudo deverá diligenciar para aderir ao citado programa. Em reunião, foi analisado o manual vigente, de onde se observa a exigência de inúmeros requisitos. Diante da complexidade da matéria, desde já fica aprovada e autorizada a contratação de consultoria na área, a qual deverá auxiliar na implantação do Pró-Gestão. Para tanto, deverá ser realizada

pesquisa de empresas aptas e atuantes no mercado. A situação deverá voltar à pauta das futuras reuniões do Conselho de Administração. Nada mais havendo a tratar, às dez horas, o Presidente encerrou a Reunião Ordinária, da qual lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por quem de direito. Agudo, 20 de fevereiro de 2026.